

PODER

No Senado, críticas à manobra de Motta

No discurso, senadores falam em resistência à PEC da Blindagem, aprovada pela Câmara

» ISRAEL MEDEIROS
» ALÍCIA BERNARDES

Depois de uma manobra criticada por deputados governistas e também por parlamentares de oposição, a Câmara aprovou, em uma só votação, a manutenção na PEC da Blindagem de dois trechos controversos: um garante que as decisões sobre prisões de congressistas se darão por voto secreto; outro inclui os presidentes de partidos com representação no Congresso no foro privilegiado. Na prática, esses caciques só poderão ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por crimes cometidos no exercício do mandato. O texto chegou, ainda ontem, ao Senado, onde o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), anunciou, em nota, o encaminhamento para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O presidente do colegiado, senador Otto Alencar (PSD-BA), descartou, no entanto, a possibilidade de aprovação da PEC. “Não passa de jeito nenhum. Não tem 49 votos no Senado”, sustentou, lembrando que uma proposta de emenda à Constituição exige o apoio de três quintos dos parlamentares. “É um desgaste desnecessário em um momento em que todos vão buscar reeleição”, acrescentou, em referência ao fato de que, em 2026, dois terços do Senado passarão por renovação.

Outro senador, ouvido reservadamente, foi categórico: “Não tem a menor possibilidade de isso passar aqui. A lei é para todos. Como a população vê o Legislativo, ultimamente ninguém legisla para o povo. Não vamos aprovar isso nesta Casa”.

O placar da aprovação na Câmara foi de 314 votos a favor e 168 contra. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), rejeitou diversos pedidos de revisão do procedimento e de votação nominal feitos por deputados de PT, PSol, Novo, PSB e União Brasil (embora a maioria dos deputados tenha sido a favor do texto). Ele anunciou o resultado sob protestos no plenário.

Os dois destaques (quando parlamentares apreciam trechos da proposta em separado) restantes da proposta de emenda à Constituição (PEC) foram incluídos em uma emenda aglutinativa pelo relator da proposta, Claudio Cajado (PP-BA), com a bênção de Motta. Ao ser questionado sobre o motivo da manobra, disse que a votação do segundo turno da PEC “não correspondeu à vontade do plenário”. Cajado argumentou que, como a votação em segundo turno se deu depois da meia-noite, alguns deputados dormiram durante a votação.

“O que houve ontem (terça-feira) foi que votamos, por ampla maioria no primeiro turno, um texto com o voto secreto, com o foro para os presidentes de partidos e pela permanência do texto apresentado por mim como relator. Isso

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Motta rejeitou diversos pedidos de revisão do procedimento. Ele anunciou o resultado sob protestos no plenário



Quando o plenário decide que não quer voto secreto nesta PEC e os senhores decidem, e o senhor, presidente Hugo Motta, decide votar de novo o que o plenário derrubou, estão ferindo de morte a democracia. Isso desmoraliza Vossa Excelência”

Talíria Petrone (RJ), deputada, líder do PSol

ficou claro. Não houve dúvida com relação à vontade do plenário. No segundo turno, após a meia-noite, muitos deputados deixaram de votar. Alguns, inclusive, procuraram-me, dizendo ‘rapaz, eu acabei dormindo’, afirmou a jornalista. A justificativa também tinha sido dada no plenário da Câmara, quando a manobra foi questionada por alguns parlamentares ao microfone.

Ele negou, ainda, que tenha havido pressão para avaliar a proposta ou que o texto tenha como objetivo dar privilégios aos parlamentares. Argumentou que os deputados e senadores querem um “regramento claro” para proteger a função parlamentar contra abusos e “pressões externas”. Também refutou que a apreciação da pauta tenha prejudicado a votação de matérias de interesse da população em geral, como

» Legislar em causa própria

O Instituto Não Aceito Corrupção (Inac) divulgou nota, na terça-feira, criticando a aprovação da PEC da Blindagem e enfatizando que a iniciativa trata-se de “legislar em causa própria”. “A pretensão é óbvia de se obter impunidade assegurada pelo ordenamento jurídico. O que se propõe a partir desta ignominiosa iniciativa é a criação de uma verdadeira casta com alcunha jocosa de prerrogativa parlamentar para um nobre grupo de intocáveis, de pessoas acima do bem e do mal, afrontando-se também o princípio da isonomia constitucional, outra cláusula pétrea da nossa Carta Magna que remonta aos tempos da ditadura militar”, diz a entidade.

têm dito parlamentares governistas. “Nós estamos tentando limpar a pauta, com essa questão, com a questão da anistia, para que possamos avançar, como temos avançado numa pauta econômica”, frisou.

Ao longo da votação, parlamentares governistas repetiram o discurso do Planalto de que há pautas mais importantes a serem apreciadas pelo Congresso, em linha com o que disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Motta na conversa da última segunda-feira.

Ontem, a conta oficial do governo brasileiro nas redes sociais chegou a publicar uma arte imitando uma promoção de feira logo antes da votação da PEC da Blindagem. “Promoção só depende do Congresso. R\$ 0,00 no Imposto de Renda para 86,2% dos trabalhadores formais. Ganhe um Brasil mais justo”, afirmava o post.

Gustavo Moreno



Dino cobrou de AGU e TCU cronograma para fiscalizar repasses

OTCU identificou 148 planos de trabalho com status “não cadastrado” que, ainda assim, receberam R\$ 85,4 milhões em transferências.

Escândalo

Durante toda a votação, o PSol e o Novo, partidos de espectros políticos diferentes, tentaram evitar, como já ocorreu em outras situações, que os trechos sobre o voto secreto e o foro para presidentes de partidos fossem reincluídos no texto. A deputada Talíria Petrone (RJ), líder do PSol, destacou que o partido pretende acionar a Justiça contra a manobra capitaneada por Motta.

“Quando o plenário decide que não quer voto secreto nesta PEC e os senhores decidem, e o senhor com a responsabilidade de presidente sentado nesta cadeira, presidente Hugo Motta, decide votar de novo o que o plenário derrubou, estão ferindo de morte a democracia”, protestou Talíria. “Isso é imoral, é inconstitucional, é um escândalo, que abre um precedente absurdo e desmoraliza este Parlamento. Isso desmoraliza Vossa Excelência (referindo-se a Motta). Nosso partido vai entrar na Justiça contra a ilegalidade que está sendo cometida aqui”, continuou.

O deputado Alberto Fraga (PL-DF) rebateu. “Vergonha é o parlamentar não se valorizar. Vergonha é o parlamentar se envergonhar do seu bôton, quando desce no aeroporto e tira o bôton para não ser reconhecido. Vergonha é o parlamentar não ter como explicar na rua por que o Supremo Tribunal Federal está decidindo as coisas que votamos (...) É uma matéria que a gente já vem pleiteando há muito tempo, e a verdade é que a esquerda não precisa desse tipo de proteção, porque já é protegida pelos amigos no Supremo”, disparou. E arrematou: “Nós vamos ganhar de lapada dessa vez”. No caso do PL, partido do parlamentar, todos os deputados votaram a favor da emenda aglutinativa, embora alguns tenham se manifestado ao microfone, no dia anterior, contra o voto secreto.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Caio Gomez / CB/D.A Press

Câmara aprova voto secreto para blindar parlamentares contra o Supremo

A Câmara dos Deputados decidiu restabelecer o voto secreto para analisar a abertura de processos contra parlamentares pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Cerca de 70 congressistas estão sendo investigados por desvio de recursos de emendas parlamentares. A decisão é um retrocesso político, que visa a perpetuar várias práticas de autoproteção da atual “elite” política do Congresso.

Tal decisão, com tanta desfaçatez, fragiliza a democracia e desmoraliza uma de suas principais instituições. Quando havia essa prerrogativa, de 250 deputados investigados, somente um foi punido. Querem ressuscitar a regra porque os deputados dispõem de tantos recursos provenientes dessas emendas, em média R\$ 50 milhões cada, que podem dar as costas à sociedade e comprar os votos necessários para sua reeleição, em evidente disparidade de armas em relação aos demais candidatos.

Essa decisão não pode ser lida apenas como uma manobra regimental, mas como a recidiva de velhas e perversas estruturas sociais, herdadas do período colonial e do regime escravocrata, e da emergência de relações mafiosas na política, muitas vezes associada ao crime organizado dos grandes centros. Em *Os Donos do Poder* (Biblioteca Azul), Raymundo Faoro descreveu como o Estado brasileiro foi moldado pelo patrimonialismo, herdado da tradição portuguesa, em que a linha entre público e privado se dissolve. O que se vê hoje é justamente a continuidade desse modelo: deputados e senadores agindo como donos do poder, transformando a coisa pública em instrumento de defesa corporativa e formando patrimônio com recursos públicos.

A PEC da Blindagem restabelece o que vigorou entre 1988 e 2001: a necessidade de aval do Congresso para processar parlamentares criminalmente. O resultado é previsível. A volta desse sistema, agora com voto secreto, é a blindagem perfeita para a impunidade. Se Faoro nos ajuda a compreender o caráter patrimonialista dessa decisão, Victor Nunes Leal ilumina outro aspecto, como descreveu em *Coronelismo, Enxada e Voto* (Companhia das Letras): a opressão e o clientelismo nas bases eleitorais desses parlamentares, para as quais são destinadas as emendas parlamentares.

O voto aberto, sem sigilo, servia para submeter o eleitor ao coronel pela intimidação; hoje, o voto é comprado às vésperas das eleições, assim como apoio de prefeitos, vereadores e empresários, com dinheiro desviado das emendas parlamentares destinadas às prefeituras e organizações sociais. O eleitor continua sem voz, enquanto os parlamentares se escondem atrás do lusco-fusco dos processos administrativos sem transparência. É uma síntese perversa: o patrimonialismo garante a apropriação privada do Estado; o coronelismo inspira a manipulação do voto; juntos, produzem um sistema fechado, que esvazia o conteúdo democrático da representação parlamentar.

De volta para o passado

A Câmara age como se pudesse reinventar o passado, repetindo mecanismos que sempre serviram para garantir a impunidade dos poderosos. No centro desse processo está Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Casa. Jovem, 35 anos, deputado desde 2011, filho de uma família tradicional da política paraibana, Motta parecia representar uma nova geração. Mas, ao assumir a presidência, mostrou-se herdeiro fiel do velho patriarcado associado ao pragmatismo do Centrão. Liberou votação semipresencial, conduziu negociações de bastidor, patrocinou a manobra regimental que ressuscitou o voto secreto. Não hesitou em rejeitar questionamentos da oposição, impondo a blindagem com vitória pessoal. Agora, articula a anistia para os golpistas de 8 de janeiro.

Motta construiu sua carreira nos bastidores da Câmara, foi relator de CPIs e ocupou cargos estratégicos. Agora, como presidente, escolheu usar essa habilidade de bom articulador para aprofundar o fosso entre representantes e representados. Seu gesto revela mais continuidade do que renovação: é a política da autopreservação, reciclada sob nova embalagem geracional. Seu recado é claro. Não vê o Parlamento como instituição a serviço da sociedade, mas como corporação voltada para proteger a si mesma. É uma mistura de transformismo político, daí a adesão de parlamentares que não representam velhas oligarquias, e o cretinismo parlamentar, que ignora os interesses da sociedade que deveriam estar representados.

Como diz o ditado popular, passarinho que come pedra sabe o fiofó que tem. Quando ameaçada pelo avanço das investigações do STF e pela exigência de transparência, a Câmara fecha as portas e apaga as luzes. O voto secreto é a escuridão que esconde a responsabilidade. Não apenas dos que já foram pegos com a boca na botija, mas também de parte daqueles que por terem adotado as mesmas práticas resolveram zerar os riscos de serem identificados, porque sabem que os recursos desviados serão rastreados se houver investigação.

A sociedade, no entanto, não é a mesma da República Velha. Nem pode aceitar passivamente que seus representantes atuem como coronéis modernos ou como herdeiros de um estamento patrimonialista. O Brasil de hoje exige mais transparência, mais responsabilidade e mais democracia. A História mostra que esses mecanismos não são eternos. Desabam quando a sociedade decide que já não aceita ser tutelada. O grande desafio é transformar a indignação em resistência e mobilização, para que o voto secreto para proteger falcaturas não se converta em símbolo definitivo da desconexão entre política e cidadania.

Como sempre acontece em arranjos concebidos nas madrugadas e aprovados a fórceps, a PEC da Blindagem tem, ao menos, duas inconstitucionalidades, passíveis de anulação pelo Supremo: desrespeita a regra regimental de o mesmo texto da emenda ser aprovado duas vezes; a prerrogativa de foro privilegiado não se aplica aos presidentes de partidos, porque se destina a agentes públicos, e os partidos são entes privados.

Controle sobre emendas Pix

» WAL LIMA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentem, em até 15 dias, um cronograma detalhado de fiscalização das chamadas emendas Pix.

Segundo a determinação, o plano deverá estabelecer etapas e prazos para análise, apreciação e eventual julgamento dos relatórios de gestão referentes ao período de 2020 a 2024. A medida reforça a cobrança do Supremo por maior controle e transparência sobre o uso desses recursos.

A decisão foi tomada um dia após a Câmara aprovar a chamada PEC da Blindagem, que restringe processos judiciais e prisão de parlamentares.

Dino ressaltou, no despacho, que a prestação de contas é uma obrigação constitucional, sobretudo diante dos montantes envolvidos.

“Trata-se de dezenas de bilhões de reais do Orçamento Geral da União, que não podem permanecer em zonas de indefinição quanto à aferição da idônea e eficiente aplicação”, escreveu o ministro.

A determinação se soma a outras medidas recentes do STF sobre o tema. Na última segunda-feira, Dino suspendeu repasses de emendas a nove municípios, citando “indícios de crimes”, como desvio de verbas, superfaturamento e contratação de empresas sem qualificação. Os casos foram encaminhados à Polícia Federal. O magistrado também apontou irregularidades no chamado “novo orçamento secreto”.

A suspeita é de crimes como peculato, corrupção e uso irregular de verbas. Esses casos também deverão ser apurados pela PF.